

ABC carece de psicólogos e assistentes sociais nas escolas

Por Amanda Lemos

A Lei Federal nº 13.935/2019 prevê a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas de ensino básico. Na pandemia, a medida se tornou ainda mais imprescindível, a fim de colaborar com os processos de formação humana e intelectual, além de combater práticas nocivas e discriminatórias, bem como evitar a evasão escolar. No ABC, no entanto, são poucas as escolas que investem na prestação destes serviços.

Em entrevista ao RD, a psicóloga e membra da Comissão gestora do CRP (Conselho Regional de Psicologia), subsede do ABC, Maria da Penha Tamburu Ivanchuk Lopes explica que as duas profissões têm caráter importante no ambiente escolar. “A assistência social tem importância de compreender o meio em que a escola está inserida enquanto sociedade acadêmica. O quanto os pais e entorno estão envolvidos e como podem amenizar algum sentimento e questão social/psicológica da criança. Já a psicologia trabalha com a saúde mental dos educadores e alunos que vivem questões pessoais ou até mesmo o luto neste pós-pandemia”, explica.

Apesar da realidade de grande parte dos educadores e estudantes incluir relações familiares conflituosas, situações de abuso, violência doméstica, psicológica e até institucionais, a psicóloga lembra que são poucas as instituições de ensino que aplicam a lei. “As escolas tem o desejo que o profissional ali esteja, porém nem todas possuem acesso fácil a este profissional”, diz. Segundo Penha, as escolas particulares tem mais facilidade na aplicação das ações por serem autônomas, enquanto alguns municípios sequer possuem a lei regulamentada para aplicação nas escolas públicas.

No ponto de vista da psicóloga, é um problema que vai além da administração escolar, mas denota um erro de administração pública. “Precisamos que a lei seja implementada para que hajam concursos e profissionais habilitados a atender

essas crianças e educadores”, frisa a profissional ao orientar que o serviço seja prestado para alunos desde a pré-escola. “O CRP tem entrado em contato com as secretarias de Educação e apesar de não termos tido muitos retornos, estamos insistindo e buscando contato para que as escolas compreendam a lei e saibam de sua importância”, salienta.

Atendimento

Ribeirão Pires implantou no segundo semestre do ano passado o APSE – serviço de Apoio Psicossocial Escolar. No momento de retomada gradativa de atividades presenciais nas unidades de ensino, a equipe formada por 1 assistente social, 1 psicóloga, pedagogas e estagiários das áreas realiza acolhimento, escuta, acompanhamento e encaminhamento de alunos em situação de vulnerabilidade social, psicológica, entre outras.

Neste ano, o programa foi ampliado com a contratação de mais duas psicólogas e assistente social. As 33 unidades de ensino, que atendem a quase 7 mil estudantes, contam com o atendimento da equipe. Também novidade neste ano foi a ampliação do serviço para o acolhimento e acompanhamento dos profissionais da rede municipal. Ações por meio de atividades de conscientização também são realizadas. Os profissionais do APSE participam de formações e reuniões de planejamento para aprimorar a atuação das equipes.

Santo André conta com ações que envolvem a participação de assistentes sociais e psicólogos em todas as Emeiefs, Centros Públicos de Formação Profissional e Creches da rede, no total de 118 escolas. A partir dos programas Con_Viver Bem e Nenhum a Menos, a administração contratou 20 psicólogos e assistentes sociais. Atualmente a formação desses profissionais acontece de forma contínua.

São Bernardo informou que mantém, mesmo antes da sanção da Lei, equipes de orientação técnica nas unidades escolares, compostas por psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e fonoaudiólogos nas unidades escolares. “Na prática, a equipe de orientação técnica atua em duas frentes, uma voltada à formação da equipe escolar, com foco no acolhimento de pais, alunos e profissionais, na outra com intervenções pertinentes às necessidades do aluno no contexto escolar”. Além deste suporte, a equipe também auxilia no planejamento de ações e projetos que melhor atendam a comunidade escolar.

Em Diadema existe um serviço multiprofissional, composto por quatro assistentes sociais, duas fonoaudiólogas, duas psicólogas, uma pedagoga, cinco estagiárias de Serviço Social e um agente administrativo para atender toda rede de ensino, enquanto em Rio Grande da Serra, há o serviço de psicóloga, há

aproximadamente um ano, e está em processo de contratação mais uma psicóloga e uma assistente social para atender os alunos.

São Caetano, por sua vez, não possui psicólogos e assistentes sociais nas escolas, mas a cidade conta com duas ações que envolvem a “acolhida dos familiares e estudantes que necessitem da rede de proteção social”. Uma delas é a equipe de mediação de conflitos, presente nas escolas e outra ação é o projeto Territórios Conectados, que encaminha e dá assistência a qualquer questão na qual a escola entenda ser necessária acionar a rede de proteção social.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3076622/abc-carece-de-psicologos-e-assistentes-sociais-nas-escolas/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Educação